



Fórum analisa até quinta-feira a primeira década do século 21

Identidade nacional, responsabilidade do Brasil no atual contexto mundial e o processo de desenvolvimento e degradação do país são os assuntos em pauta no segundo ciclo do *Fórum Senado Brasil 2012*, que tem como tema “Brasil: construção permanente”

As palestras acontecem das 18h30 às 21h, no Auditório do Interlegis, e são abertas ao público, que pode se inscrever

no site www.senado.leg.br/senado/forumsenado2012. Hoje, o psicanalista Benilton Bezerra fala sobre “Identidade e vida subjetiva:

como é ser sujeito no Brasil”. Amanhã, o historiador Francisco Carlos Teixeira abordará o tema “Brasil, tempo presente”. E na

quinta, o filósofo Aulerives Maciel Júnior trata da “Construção e degradação do Brasil: quando o interesse se sobrepõe ao desejo”. **2**

Sarney representa o Congresso brasileiro em evento na Espanha **2**

Ana Amélia pede que Congresso vote regras do FPE com urgência

Anibal: PT não sofreu nas urnas com julgamento do mensalão

País ainda tem compra de votos e boca de urna, diz Mozarildo

Luiz Henrique destaca fábrica da BMW em Santa Catarina

Tomás aplaude instalação de bibliotecas em presídios

Moreira/Moziz/Agência Senado



Senadores criticam GDF sobre contrato de US\$ 4,2 milhões

Cristovam Buarque e Rodrigo Rollemberg voltaram a cobrar transparência do GDF sobre contrato assinado em Cingapura para o planejamento de Brasília. Os senadores criticaram afirmações do governador Agnelo Queiroz ao *Correio Braziliense* publicadas na edição de domingo. **3**

Prioridade ao pedestre faz 15 anos em Brasília

Campanha pelo respeito à faixa de pedestres fez aumentar para 85% o número de motoristas que param ao ver o “sinal de vida” na capital do país. Exemplo inspira experiências semelhantes em Teresina, Florianópolis e São Paulo, que já colhe resultados. **4**

Ciclo de debates aberto ao público começa hoje e vai até quinta-feira. Evento discute o tema "Brasil: construção permanente" com estudos sobre história moderna e contemporânea e psicologia

Fórum avalia a primeira década do século 21 no país

COM O TEMA "Brasil: construção permanente", começa hoje e prossegue até quinta-feira o segundo ciclo de debates do *Fórum Senado Brasil 2012*. O evento ocorre das 18h30 às 21h, no Auditório do Interlegis, e é aberto ao público. O evento é promovido por comissão técnica criada pelo presidente do Senado, José Sarney, destinada a organizar debates de grandes temas da atualidade. O ex-ministro da Cultura Jerônimo Moscardo, presidente da comissão, ressaltou que o encontro visa avaliar a primeira década do século 21 e pensar o futuro.

No primeiro ciclo do fórum, realizado entre junho e agosto deste ano, o tema foi "Democracia em tempos

de mutações". Nesta segunda etapa, os conferencistas vão abordar, entre outros assuntos, a identidade nacional, a responsabilidade do Brasil diante de um novo momento da história e o processo de construção e de degradação do país.

As inscrições para participar das palestras são gratuitas e podem ser feitas no site www.senado.leg.br/senado/forumsenado2012, onde está disponível a programação.

A palestra de abertura será com o psicanalista, psiquiatra e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro Benilton Bezerra, com o tema "Identidade e vida subjetiva: como é ser sujeito no Brasil". Para Bezerra, a sociedade

brasileira parece paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que valoriza o indivíduo e defende a igualdade, mantém desigualdades sociais.

Amanhã, o especialista em história social Francisco Carlos Teixeira abordará o tema "Brasil, tempo presente". Para ele, o Brasil é um país de sucesso, apesar de ainda possuir focos de crise e ter grandes desafios a enfrentar. A responsabilidade gerada por essa situação será colocada para reflexão pelo historiador.

No encerramento, o mestre em Filosofia e doutor em Teoria Psicanalítica Auberives Maciel Júnior apresenta a palestra "Construção e degradação do Brasil: quando o interesse se sobrepõe ao desejo".

Sarney vai à Espanha representar o Congresso

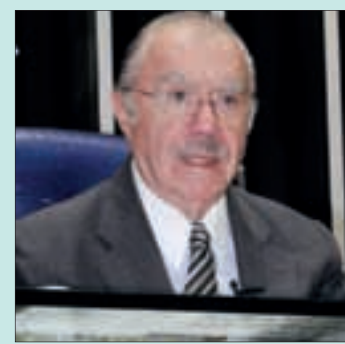
Nos dias 25 e 26, o presidente do Senado, José Sarney, vai à Espanha representar o Congresso brasileiro na abertura do 8º Foro Interparlamentar Ibero-Americano, em Cádiz.

O evento vai celebrar os 200 anos da Constituição espanhola de Cádiz, conhecida como La Pepa. Primeiro documento constitucional moderno aprovado na Península Ibérica, a Constituição de Cádiz vigorou por dois anos, a partir de 19 de março de 1812, e inspirou os movimentos de emancipação dos países latino-americanos nas primeiras décadas do século 19.

No Brasil, a carta chegou a vigorar como Constituição por 24 horas, em 1821, quando dom João VI ainda decidia se voltaria ou não a Portugal, após a queda de Napoleão.

Inspirada nas ideias liberais da Revolução Francesa de 1789, foi chamada de La Pepa por ter sido promulgada no dia de São José (Pepe é apelido de José em espanhol).

— A repercussão americana da Constituição de Cádiz foi uma força motora nos movimentos de independência que já se manifestavam nos



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sarney diz que La Pepa fomentou ideias liberais na América Latina

vice-reinos e nas capitânias, enquanto suas ideias liberais impregnaram o pensamento e tornaram-se centrais no constitucionalismo que se seguiria. Tivemos em La Pepa, no mundo latino-americano, a fomentação das ideias liberais que passaram a vigor — afirmou Sarney em seminário sobre o tema, realizado no Senado em agosto.

Jorge Amado

Sarney também abrirá seminário sobre o escritor Jorge Amado na Universidade de Salamanca. O simpósio integra programa de atividades promovidas em conjunto pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e pelo Centro de Estudos Brasileiros de Salamanca.



Representante do BID Luiz Villela (D) fala em seminário, no Senado, ao lado da diretora-geral da Casa, Doris Peixoto

Federação depende dos partidos, diz professor

Para fortalecer a Federação, é preciso pensar na reforma política, e não apenas na tributária. A avaliação é do cientista político George Avelino, um dos expositores do seminário *Desafios do Federalismo Brasileiro*, promovido na semana passada pelo Senado e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Segundo ele, o aperfeiçoamento do sistema federativo passa pelo fortalecimento dos partidos, já que essas entidades seriam o único elemento

capaz de relacionar interesses nos três níveis de governo.

Professor da Escola de Administração de São Paulo, ligada à Fundação Getúlio Vargas (FGV), Avelino disse que a centralização de recursos e responsabilidades no governo federal "pode resultar em uma homogeneidade que atrapalha a inovação".

De acordo com ele, estados fortes viabilizam "a diversidade, em que um estado pode aprender com a experiência dos outros".

O pesquisador enfatizou que a perda de força dos estados também é resultado da ligação direta entre União e municípios na implantação de políticas públicas.

— O papel dos estados vem se restringindo em termos administrativos, fiscais e políticos — afirmou.

O enfraquecimento dos estados no sistema federativo do país foi uma das principais constatações do seminário da semana passada, ressaltou o professor.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Discursos

14h Hoje a sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

FÓRUM: Palestra do psicanalista Benilton Bezerra

18h30 Com o tema "Brasil: construção permanente", o Senado realiza o *Fórum Senado Brasil 2012*, que terá como palestrante o professor e psicanalista Benilton Bezerra. Ele vai falar sobre o tema "Identidade e vida subjetiva: como é ser sujeito no Brasil". O evento ocorre no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Para Cristovam, acordo assinado em Cingapura é "muito suspeito"

Rollemberg diz que decisão do GDF desprestigia talento brasileiro

Senadores cobram transparência do GDF sobre contrato de US\$ 4,2 milhões

Cristovam Buarque (PDT-DF) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) voltaram a cobrar transparência do governo do Distrito Federal (GDF) sobre contrato de US\$ 4,25 milhões (cerca de R\$ 8,5 milhões) assinado com a empresa Jurong Consultants, de Cingapura, para planejar o desenvolvimento econômico e estratégico de Brasília para os próximos 50 anos.

Os senadores encaminharam ao GDF, há duas semanas, pedido de informações e da cópia do contrato, mas até agora não obtiveram resposta. Eles querem saber como surgiu a ideia do projeto, como se deu a licitação e qual a origem orçamentária dos recursos para pagamento do serviço, entre outros dados.

Em pronunciamentos em Plenário, ontem, os parlamentares questionaram o motivo de o acordo ter sido assinado em Cingapura, considerada paraíso fiscal, sem divulgação prévia.

Na avaliação de Cristovam, a escolha da Terracap, empresa pública de direito privado, para assinar o contrato em nome do GDF foi uma forma de driblar a exigência de aprovação das autoridades federais brasileiras, que cabe à Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

— Um convênio como esse, feito lá fora, é muito estranho e muito suspeito.

Rollemberg informou que

encaminhou requerimento a ABC para saber se o GDF teria competência para assinar o contrato sem aprovação do governo federal.

Outro ponto destacado foi a decisão de entregar a um grupo estrangeiro o planejamento da capital, o que consideram desprestígio aos talentos do Brasil e do Distrito Federal.

— Isso, sim, é uma visão provinciana, que acha que o bom vem de fora. Vai trazer o que chama de expertise de uma realidade completamente diferente da realidade nacional — disse Rollemberg, ressaltando que a própria construção de Brasília foi resultado do "rompimento com a visão de inferioridade nacional" e de concurso vencido por Lúcio Costa, em que só foi permitida a participação de empresas brasileiras.

Os senadores rebateram o governador do DF, Agnelo Queiroz, que, em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, publicada no domingo, classificou as críticas ao contrato como fundamentalistas, provincianas e míopes.

— Estranhamos essa agressividade do governador. Não é assim que se trata a democracia — afirmou Cristovam.

Ele enfatizou que, num governo democrático, o governador os teria convidado para uma conversa, em que faria esclarecimentos sobre o contrato.

Ana Amélia pede urgência na votação de regras do FPE

Na opinião da senadora, não é aceitável o Congresso pedir ao Supremo Tribunal Federal a prorrogação do prazo que se extingue este ano: "Não estaríamos agindo com correção política e institucional"

AS NOVAS REGRAS de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) precisam ser votadas com urgência, disse ontem Ana Amélia (PP-RS). Os critérios atuais valem até 31 de dezembro porque em 2010 o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a medida inconstitucional.

— Não é aceitável que se peça ao Supremo uma prorrogação desse prazo. Não estaríamos agindo com correção política e institucional — afirmou a senadora.

Ana Amélia afirmou que a aprovação do PLS 289/11 seria vantajosa apenas para 15 estados do Norte e do Nordeste. Esse projeto estabelece que os recursos sejam distribuídos com base no Índice de Desenvolvimento Humano, renda per capita, tamanho da população, superfície territorial do estado e outros critérios sociais. A parlamentar ressaltou que 12 estados perderão arrecadação com essa proposta, incluindo o Rio Grande do Sul.



Ana Amélia critica projeto que, segundo ela, reduziria arrecadação de 12 estados

— Pelas regras vigentes, os repasses do FPE para o meu estado alcançam R\$ 1,18 bilhão. Caem para R\$ 940,22 milhões com esse projeto — afirmou.

Ana Amélia disse que o Congresso deve debater também o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que, ressaltou, é a maior fonte de receita da maioria das prefeituras. Ela lembrou que os recursos do FPM são poucos e estão sendo reduzidos, comprometendo a gestão.

A senadora defendeu a regulamentação do direito de

greve. Ela lembrou que desde julho a sociedade convive com uma série de paralisações e protestos de funcionários públicos de mais de 25 categorias.

— Ainda que o ato de fazer greve seja um direito legítimo dos trabalhadores do setor público ou privado, a sociedade é a maior vítima — disse.

Ela defendeu a aprovação do PLS 84/07, de Paulo Paim (PT-RS), que mantém o limite de 30% da prestação de serviços em caso de greve e inclui outros serviços e atividades na categoria dos essenciais.

Mozarildo: Brasil ainda tem compra de votos

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou ontem que as eleições no Brasil ainda são prejudicadas por compra de votos, boca de urna, abuso de poder político ou econômico e pesquisas manipuladas.

— Desde 1994, o Ibope vem sistematicamente "errando" em Roraima. Quando não quer errar, diz que existe um empate técnico — afirmou.

Para Mozarildo, há necessidade de o país regulamentar as pesquisas, criando parâmetros de apuração, fiscalização e divulgação. Ele acredita que pesquisas mal feitas, manipuladas ou encomendadas influenciam o resultado.

O senador, que foi apoiado por Cristovam Buarque (PDT-DF), defendeu uma mudança radical no processo eleitoral para acabar com o caixa dois, por exemplo. Ele disse acreditar que o financiamento público exclusivo de campanhas poderia ser uma das soluções.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Não houve fracasso do PT nas eleições, diz Anibal

O resultado das eleições municipais frustrou quem esperava o fracasso do PT devido ao julgamento do mensalão, disse Anibal Diniz (PT-AC).

Segundo o senador, o resultado foi ainda melhor que o esperado: candidatos petistas receberam 17,3 milhões de votos, e o partido elegeu em primeiro turno prefeitos de oito cidades com mais de 200 mil habitantes, além de chegar ao segundo turno em 22 cidades.

Anibal lembrou os 40 anos da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), comemorados dia 12, e ressaltou a informatização do Orçamento e na Constituinte. Segundo ele, hoje seria inimaginável o pleno funcionamento dos órgãos federados sem o Prodasen. O senador felicitou também o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre pela participação no 7º Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação (Connepi), em Palmas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Luiz Henrique celebra BMW em Santa Catarina Tomás apoia projeto de reinserção de presos

Santa Catarina vive um momento histórico com o apoio do governo federal à instalação da montadora de veículos BMW, disse ontem Luiz Henrique (PMDB-SC). O senador lembrou que o estado receberá a primeira montadora de automóveis de luxo do Brasil, num investimento de cerca de R\$ 1 bilhão que envolverá a contratação de 1.500 empregados diretos.

— Esse empreendimento da BMW vai desencadear o desenvolvimento

de um polo logístico automotivo em Santa Catarina. O estado já conta com a fábrica de motores da General Motors, que iniciará a produção no próximo mês de novembro, e que terá prosseguimento, eu não tenho dúvida, com a vinda de empresas alemãs fornecedoras da BMW.

Luiz Henrique cumprimentou o governador Raimundo Colombo pelo estímulo à economia, dizendo que isso tem resultado na vinda de inúmeras empresas estrangeiras.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Tomás Correia (PMDB-RO) comemorou um convênio entre os governos federal e estadual que permitirá a promoção, em Rondônia, do Projeto Asas de Papel. O programa busca estimular os presidiários a ler, visando à reinserção social.

De acordo com o senador, serão instaladas nove bibliotecas nas unidades prisionais, fruto de um investimento federal de R\$ 260 mil. Todas serão climatizadas, terão TV e tocador de DVD, computador

para controle de livros, mesas, cadeiras e estantes, além do acervo de 50 livros de cunho educativo e social. O projeto prevê um orientador para controle do acervo e uma pedagoga ou pedagogo para revisão das resenhas que serão produzidas pelos presos após a leitura.

Tomás também festejou a notícia de que as empresas de telefonia serão obrigadas a entregar pelo menos 20% da velocidade de internet contratada em 95% dos acessos.



Waldemir Barreto/Agência Senado



País avança no respeito à faixa de pedestre

Pessoas atravessam rua de Brasília: desde o final dos anos 1990, depois de criar o “sinal da vida”, a capital federal é reconhecida como o melhor exemplo brasileiro no respeito aos pedestres

Em Brasília, faz 15 anos que os motoristas param diante do gesto com a mão; em São Paulo, campanha começou no ano passado e já mostra resultados

Ricardo Westin

EM BRASÍLIA, NA histórica briga entre carros e pedestres, os primeiros sempre levaram a melhor. Os contornos da cidade foram pensados nos anos 1950, época em que ainda se acreditava que o automóvel deveria reinar absoluto nas cidades.

A reviravolta está completando 15 anos. Em 1997, as autoridades da capital federal concluíram que era um absurdo que os pedestres, antes de atravessar a rua, fossem obrigados a dar passagem para os carros. Decidiram inverter a preferência. Para isso, destacaram agentes de trânsito para as faixas de pedestre sem semáforo. Nessas travessias, bastaria que as pessoas estendessem o braço para que os carros freassem. Nas faixas com semáforo, nada mudaria — o verde, o amarelo e o vermelho continuaram ditando os movimentos.

Nos primeiros meses, os motoristas que ignoravam o sinal com o braço recebiam advertência. Depois, passaram a receber multa. Hoje, sem grandes traumas, os brasilienses adquiriram o hábito do sinal. Já não é necessária a presença dos agentes. O primeiro carro freia para o pedestre em 85% das vezes.

Lembra o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que 15 anos atrás era o governador do Distrito Federal:

— Ouvia que era uma loucura, um tiro no pé, que eu seria responsabilizado por uma onda de atropelamentos. Nada disso aconteceu. O grande segredo foram as campanhas educativas nas escolas. As crianças cobravam dos pais que dessem e respeitassem o sinal.

Outras cidades seguiram o exemplo. Teresina deu início ontem a sua campanha de trânsito. Em Florianópolis, o gesto já pegou. Nas principais cidades da região metropolitana de São Paulo, as prefeituras estão no meio de uma ofensiva para esclarecer pedestres e motoristas.

Na capital paulista, de acordo com um estudo feito há dois meses, o primeiro carro para ao sinal em 30% das vezes. Não é pouco se for comparado com os 10% que se registravam no início de 2011, no início da campanha. Desde agosto do ano passado, 42 mil condutores foram multados — em média 100 por dia. Muitos paulistanos ainda relutam em fazer o gesto, principalmente por vergonha.

Lei ignorada

Para dar prioridade ao pedestre, nenhuma dessas cidades precisou criar lei. Simplesmente puseram em prática um dispositivo do Código de Trânsito Brasileiro que sempre fora negligenciado. O artigo 214 diz que é infração gravíssima não dar preferência ao pedestre na faixa e castiga o motorista infrator com multa de R\$ 191,54 e perda de 7 pontos na carteira (com 20 pontos, fica proibido de dirigir por um ano).

O Senado estuda um projeto de lei que inclui o gesto com o braço no Código de Trânsito (PLC 26/10). A ideia da

deputada que redigiu a proposta, Perpétua Almeida (PCdoB-AC), é fazer esse sinal valer no país inteiro. Antes de decidir-se pelo gesto de estender o braço, o governo do Distrito Federal cogitou a hipótese de adotar bandeirinhas, que ficariam em caixas nos dois lados da faixa. Quando quisesse atravessar, o pedestre tremularia uma delas. O projeto da deputada está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, esperando a escolha do relator.

Em Brasília, há “regras de etiqueta” no trânsito. Os pedestres devem estender o braço com a mão aberta e movimentá-lo como se estivessem chamando um ônibus. O braço precisa estar visível para o motorista. Eles só devem começar a atravessar depois que os carros já estiverem parados. Os motoristas, por sua vez, devem buscar frear lentamente. Uma parada brusca pode causar um engavetamento. Outra medida

é acionar o pisca-alerta, para avisar ao carro de trás que há um pedestre na frente. Os motoristas só devem arrancar depois que o pedestre já tiver chegado ao outro lado da rua.

“Abusados”

Os 15 anos de sucesso não querem dizer que a guerra entre carros e pedestres em Brasília acabou definitivamente. Ainda é comum que um lado acuse o outro de dificultar o convívio. Queixa-se o funcionário público Luciano Obliziner:

— Ergui o braço, o carro parou e comecei a atravessar. Quando eu ainda estava na faixa, ele avançou na maior velocidade e quase passou por cima de mim. Um desrespeito inaceitável. Foram uns 50 centímetros de distância. Cheguei a sentir o vento.

O taxista José Furtado argumenta que os motoristas nem sempre são os vilões:

O que diz o Código de Trânsito Brasileiro

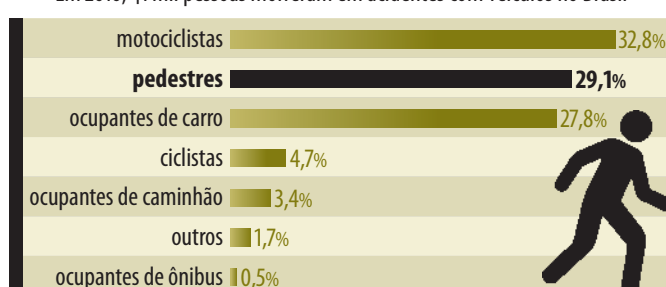
Segundo o **artigo 214**, é infração não dar preferência de passagem ao pedestre que esteja na faixa

Trata-se de uma **infração gravíssima**, com perda de 7 pontos na carteira de habilitação

A **multa** ao motorista infrator é de **R\$ 191,54**

Mortes no trânsito

Em 2010, 41 mil pessoas morreram em acidentes com veículos no Brasil



Fonte: Mapa da Violência 2012, Instituto Sangari

Saiba mais

O Homem-Faixa, campanha da Prefeitura de São Paulo para a TV:
bit.ly/homem-faixa

Relatório sobre acidentes nas faixas de pedestre de Brasília:
bit.ly/acidentesFaixa

Associação Brasileira de Pedestres:
pedestre.org.br

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal

— Certas pessoas entram na faixa de repente, de qualquer jeito, e não dão o sinal. As mais abusadas atravessam falando ao celular, sem olhar para o lado. Já bateram duas vezes na traseira do meu táxi porque tive que frear de repente.

Em São Paulo, o número de atropelamentos caiu. No primeiro semestre deste ano, 266 pedestres morreram. No mesmo semestre do ano passado, haviam sido 325. Vendo os avanços, Luiz de Carvalho Montans, gerente de segurança de trânsito da Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET-SP), acredita que é apenas uma questão de tempo para que as pessoas comecem a respeitar a faixa naturalmente.

— Até alguns anos atrás, víamos muitos carros furando o sinal vermelho, motoristas ignorando o cinto de segurança, carros parando em cima da faixa. Quando olhamos para tudo isso lá atrás, nos damos conta de como estávamos atrasados. No futuro vamos olhar com a mesma surpresa o fato de hoje tantos carros ainda não respeitarem o direito do pedestre de atravessar a rua.